

REVISIONISMO E AS RELAÇÕES DAS NOVAS DIREITAS COM A DITADURA MILITAR NO BRASIL E NA ARGENTINA

Samiyah Venturi Becker¹

Felipe Gonçalves da Silva²

Gustavo Menon³

RESUMO

No presente artigo, examinamos a influência do discurso revisionista da extrema-direita, que busca negar os crimes cometidos pelas ditaduras militares no Brasil e na Argentina, sobre o cenário político contemporâneo e avaliar como as extremas-direitas dos respectivos países mobilizam esse passado recente na política nacional. Ao traçar um breve panorama histórico das ditaduras e seus processos de abertura política, destacamos as principais semelhanças e diferenças entre os dois países, a fim de compreender como esses processos influenciam no sistema político das novas repúblicas e reverberaram na configuração dessas direitas em cada país. Do ponto de vista metodológico, será abordada a ascensão da extrema direita nos respectivos países a partir da perspectiva braudeliana interdisciplinar de longa duração e utilizando-se técnicas da história comparada. Concluímos, desse modo, que a Argentina passa por um processo recente de revisionismo histórico, com disputas pela politização da memória e sobre consensos que foram mais estabelecidos no processo de redemocratização; enquanto o Brasil, onde não houve um consenso amplo e consolidado em relação à ditadura e onde os militares estiveram presentes na política nacional da “Nova República”, a mobilização desse passado, ao contrário da Argentina – pelo menos até agora – direciona-se a um projeto de futuro, que vê na ditadura militar um antídoto até hoje para solucionar a crise do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Argentina; Brasil; extrema-direita; revisionismo histórico; ditadura militar.

ABSTRACT

In the present article, we examine the influence of the revisionist discourse of the far-right, which seeks to deny the crimes committed by military dictatorships in Brazil and Argentina, on the contemporary political landscape. We aim to assess how the far-right movements in these respective countries mobilize this recent past in national politics. By providing a brief historical overview of the dictatorships and their processes of political opening, we highlight the main similarities and differences between the two nations. This is done to understand how these processes influenced the political systems of the new republics and reverberated in shaping the right-wing ideologies in each country. Methodologically, we approach the rise of the far-right in both countries from the interdisciplinary, long-term Braudelian perspective, employing techniques of comparative history. In conclusion, we find that Argentina is currently undergoing a recent process of historical revisionism, marked by disputes over the politicization of memory and consensus that were more firmly established during the redemocratization process. In contrast, in Brazil, where there was no broad and consolidated consensus regarding the dictatorship and where the military continued to be involved in national politics in the "New Republic," the mobilization of this past, at least until now, is oriented towards a future project. This perspective sees the military dictatorship as an antidote to the ongoing crisis of the Brazilian state.

Keywords: Argentina; Brazil; far-right; historical revisionism; military dictatorship.

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema direita na última década é um fenômeno global (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023; Stefanoni, 2022) havendo uma gramática comum entre esses movimentos (re)emergentes de Norte a Sul, como a politização do ódio e do ressentimento; o ultranacionalismo e a mobilização de uma retórica antissistema; o ataque aos movimentos sociais; o aprofundamento de uma agenda neoliberal, entre outros elementos que estão sendo pensados no âmbito das ciências humanas e sociais (Stefanoni, 2022).

Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023), no entanto, atentam para a necessidade de olhar para esse fenômeno a partir do Sul Global, com lentes teóricas próprias, uma vez que muitos dos quadros teóricos e analíticos construídos a partir da investigação da extrema direita nos países centrais não se enquadram perfeitamente quando estudamos esse fenômeno nos países do Sul e, ainda assim, são tomados, muitas vezes, como parâmetros universais. Nas regiões centrais do modo de produção, por exemplo, como é o caso da Europa e dos Estados Unidos, há o recrudescimento de políticas migratórias e a promoção de discursos pautados em termos de supremacia racial.

Por outro lado, diferentemente dos países do Norte global, as economias periféricas, sobretudo na América do Sul, durante a chamada maré rosada no início do século XXI, não estavam em recessão, pelo contrário, milhares de pessoas estavam saindo da pobreza e da miséria (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023). Dessa forma, a leitura do ressentimento com o colapso do Estado de bem-estar social tampouco se aplica, uma vez que esse nunca se concretizou nos países do Sul global (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Aqui, por outro lado, manifestou-se uma frustração a partir das fissuras de uma cidadania salarial que nunca se concretizou (Santos; Feldmann, 2021). Além disso, a mobilização de conceitos como o *etnonacionalismo*; a idealização de um passado glorioso; o ressurgimento de um autoritarismo que não se via desde a Segunda Guerra Mundial e a “questão migratória”, por exemplo, são chaves que também não se encaixam para analisar as direitas da América do Sul (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Sem negar as semelhanças entre os diferentes movimentos de extrema direita ao redor do mundo, as autoras propõem inverter a rota epistemológica e encontrar pistas desse fenômeno global que podem vir do Sul (Masood; Nisar 2020 *apud* Pinhei-

ro-Machado; Vargas-Maia, 2023, p.3), no contexto de territórios pós-coloniais, marcados pela perpetuação da desigualdade econômica, com um conjunto de relações baseadas na diferença e onde raça, classe e gênero – entre outras categorias – são marcadores estruturais (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023).

Nessa linha, Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023) trazem quatro chaves que consideram singularidades da direita no Sul global, são elas: i) recessão econômica e subjetividade política; ii) o legado da ditadura e a violência cotidiana que deriva do *ethos* militar; iii) as nuances do nacionalismo nos países do sul global; iv) religião, moral, conservadorismo em democracias não seculares (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023, p.3-4).

Neste artigo, pretendemos focar na segunda chave proposta pelas autoras, que é compreender o papel do legado das ditaduras-civil militares da América Latina na construção dos imaginários dessas novas direitas que têm mobilizado a política nacional recente, pois, como afirma Stefanoni (2022), a defesa da ditadura civil-militar acrescenta uma faceta antidemocrática que é propriamente latino-americana a esse fenômeno.

1. QUESTÕES METODOLÓGICAS: A LEITURA DE “LONGA DURAÇÃO”, HISTÓRIA COMPARADA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Sanahuja, Burian e Vitelli (2023) apontam que esse legado autoritário na América Latina pode ser analisado pela chave historiográfica de Fernand Braudel de *longue durée*⁴, uma vez que esse legado, marcado pela imiscuidade das Forças Armadas com as frações de classes dominantes locais, marca a história de toda a região desde a Independência. Os autores demonstram historicamente como as Forças Armadas, aliadas a interesses imperialistas, tornaram-se atores políticos de relevância desde a consolidação dos novos Estados nacionais até os dias de hoje, nas jovens democracias latino-americanas.

As Forças Armadas, como apontam os autores, sempre atuaram como “fiadoras da ordem” em todo o processo de consolidação dos Estados nacionais, constantemente requisitadas pelas elites locais para intervir ao menor sinal de ameaça de revolta popular e demandas sociais. Desse modo, desenvolveu-se uma lógica de *path-depen-*

dence autoritário nos sistemas políticos do subcontinente ao longo da história.

Barrington Moore (1966) characterizes this path to modernization by underlining that the elites sought to get through such a process all while maintaining the privileges inherited from previous eras. In this context of radical changes, the elites not only resorted to centralizing and concentrating institutions, but they also used their relationship with the armed forces – another element of the authoritarian legacy – to prevent the social and political transformations resulting from the inclusion of the masses in politics, the shift from the countryside to the city and industrialization from altering the traditional relationship of dominance (*apud* Sanahuja *et al.* 2023, p. 116).

No século XX, no entanto, a dinâmica da intervenção militar modificou, ao invés de serem “fiadores da ordem”, as Forças Armadas passaram a ser a “própria ordem”, que foi inaugurada com uma série de golpes militares em praticamente toda a região, sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970 (Prado; Pellegrino, 2016).

According to Loveman and Davies Jr. (1997), both expressions of the role of Latin American armed forces in politics – pre and post 1960 – must be understood as a consequence of the impact of anti-politics on the ruling classes – both military and civilian. The authors claim that the anti-political perspective consists of beliefs such as maintaining order as a priority, the need to direct and regulate economic relations and an organicist view of society (Sanahuja *et al.* 2023, p. 117).

Dessa forma, durante o período da Guerra Fria, com a retórica de combater o comunismo; restaurar a ordem; trazer a modernização e o desenvolvimento econômico; as Forças Armadas se colocaram, com apoio de civis aliados, como os verdadeiros garantidores da ordem e do interesse da nação – acima de interesses partidários, são “os patriotas que se sacrificam pelo bem de seu país” (Sanahuja *et al.*, 2023).

Essa autoconstrução de imagem dos militares foi construída ao longo de vários anos, desde o regime ditatorial até as várias fases de disputa da memória que se deram após o fim das ditaduras. Na Argentina, por exemplo, o período de 1976-1983 foi autointitulado como “Processo de Reorganização Nacional” (Alves, 2022) com o discurso de violência justificada e necessária para combater os movimentos armados comunistas. Na mesma linha, no Brasil, obras como “*Orvil: tentativas de tomada do poder*”⁵ e “*A verdade sufocada*”⁶ do coronel e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, escritas no período pós-ditadura, expressam essa mesma “missão” dos militares brasileiros, que tinham o propósito de “defender as raízes culturais cristãs contra a vasta conspiração comunista” (Lynch; Cassimiro, 2022).

Essas disputas pelas narrativas do período ditatorial por parte dos militares têm grande penetração na sociedade civil de alguns países, como no Brasil (Fico, 2014), por

exemplo, e torna-os atores chaves nas alianças com a direita na região, uma vez que são percebidos como os portadores do verdadeiro nacionalismo de direita e garantidores da ordem nas instáveis democracias do Sul (Sanahuja *et al.*, 2023).

Contudo, as diferentes experiências com as ditaduras civis-militares no século XX, bem como os processos de transição democrática que se seguiram nos países da América Latina, levaram a relações um pouco diversas com esse legado autoritário sem, contudo, superá-lo totalmente. A partir disso, neste artigo, optamos por analisar dois países que seguiram caminhos diferentes no que diz respeito à relação com o legado autoritário do passado ditatorial – Brasil e Argentina – mas que, no entanto, têm mostrado alguns pontos de convergência com a ascensão das novas direitas na política nacional contemporânea.

Desse modo, buscamos compreender, por meio de uma análise comparativa, aspectos das ditaduras civil-militares no Brasil e na Argentina, suas principais diferenças e similaridades, e analisar como a narrativa de minimizar o autoritarismo e as violências praticadas pelos dois regimes está presente no discurso da extrema-direita nos dois países. De acordo com José D'Assunção Barros (2014, p. 20), o método da História Comparada:

Dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da iluminação recíproca, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidas de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro.

Pretende-se, portanto, analisar como esses dois países atravessaram a ditadura e o período de transição para a democracia na década de 1980 e como mobilizam, atualmente, esse passado autoritário na política nacional em aliança com as direitas locais. A escolha se deve pelo fato de que os dois países apresentaram trajetórias bem diversas; enquanto os militares na Argentina saíram desmoralizados após o fracasso da Guerra das Malvinas⁷ (1982-1983), bem como pela crise econômica após o aprofundamento de políticas neoliberais ensejadas pelos governos militares, o país platino também foi o primeiro da Operação Condor⁸ a julgar e condenar os militares pelos crimes de terrorismo de Estado da ditadura civil-militar (Padros, 2004).

O Brasil, por outro lado, teve uma trajetória “desenvolvimentista” na ditadura, embora extremamente concentradora de renda (Carvalho, 2018); o regime, por sua vez, não acabou com a mesma desmoralização dos militares como na Argentina, assim como não houve julgamento dos crimes cometidos no período. Além disso, a transição

para a democracia foi articulada com os próprios militares, que levou o sociólogo Florestan Fernandes (1982) a falar de uma “transição transada”⁹ sobre o processo, que será melhor explicado adiante.

Com essas diferentes trajetórias em que, na Argentina, construiu-se um consenso mais sólido em relação aos crimes da ditadura e ao passado ditatorial (Goldstein, 2023), no Brasil, por outro lado, os militares e seus simpatizantes permaneceram no dia a dia da política (Carvalho, 2019) chegando à presidência em 2018.

No entanto, observa-se que, recentemente, o revisionismo histórico em relação à ditadura civil-militar tem sido mobilizado na política nacional argentina, em combinações que se assemelham ao Brasil, como Santos e Feldmann (2021) afirmam, o autoritarismo e o neoliberalismo pairam sobre toda a América Latina, com diferentes modulações.

O conceito de revisionismo é alvo de amplo debate e de diferentes interpretações dentro do campo da historiografia¹⁰. No presente artigo, utilizaremos esse conceito em seu aspecto negativo, como sinônimo de deturpação (e não negação) da realidade histórica com a finalidade de legitimar interesses políticos e ideológicos. De acordo com Luciana Soutelo (2009, p. 100):

É importante explicitar que em inúmeros casos tampouco a argumentação revisionista é baseada em ‘premissas teóricas e historiográficas legítimas’, já que, apesar de não haver negação dos fatos históricos em si, se desconsideram as especificidades e os contextos históricos de modo a favorecer determinados posicionamentos ideológicos do presente, muitas vezes em total negligência da lógica histórica do período estudado.

Desse modo, a defesa da ditadura militar pela extrema-direita se manifesta como uma estratégia para redefinir e reinterpretar a narrativa histórica, visando consolidar e legitimar a identidade ideológica da extrema-direita. Nesse aspecto, a extrema-direita se apropria do revisionismo histórico para minimizar as violações de direitos humanos ocorridas durante essas ditaduras e criar narrativas alternativas dos eventos, em que as ditaduras são apresentadas como uma resposta necessária à ameaça comunista e às guerrilhas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva que justifique as medidas autoritárias desses regimes.

Em 2018, no Brasil, e em 2023, na Argentina, as extremas-direitas tiveram chapas vencedoras com o binômio ultraliberalismo-ditadura militar; no caso do Brasil, a ala militar foi representada por Jair Bolsonaro, e o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, fiador do programa econômico ultraliberal de Bolsonaro com o mercado financeiro; na

Argentina, o ultraliberalismo é defendido pelo próprio presidente recém eleito, Javier Milei, que é economista, junto à sua vice, Victoria Villarruel, ligada aos militares argentinos e que acena abertamente ao revisionismo histórico em relação aos crimes cometidos na ditadura militar argentina¹¹.

Tendo como base as tendências recentes das direitas no Brasil e na Argentina, pretende-se investigar neste artigo como ambos movimentos têm mobilizado o legado autoritário da ditadura militar na política nacional recente, com o propósito de compreender como os diferentes contextos marcados por tendências semelhantes se refletem nessa singularidade da direita latino-americana entre os dois países.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução, dos aspectos metodológicos e das considerações finais; na primeira parte, traremos um breve histórico das ditaduras civis-militares de cada país, concentrando nas diferenças e semelhanças das experiências; em seguida, abordaremos os processos de transição democrática em ambos, consideradas fundamentais para compreender a relação militares-democracia que se formulou no período do pós-regime; investigaremos também essa relação entre militares e sistema político durante os ciclos progressistas nos dois países e, por fim, abordaremos os fenômenos da ascensão da extrema direita em cada país e como, em cada caso, essas direitas mobilizam o legado autoritário e trazem ao debate o revisionismo histórico na política nacional.

2. BREVE HISTÓRICO DA DITADURA CIVIL-MILITARES NO BRASIL (1964-1985) E NA ARGENTINA (1976-1983):

2.1 O GOLPE MILITAR DE 1964 E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Desde a década de 1950, após o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1882-1954), o Brasil atravessava um período de grande instabilidade política, com tentativas de golpes militares e presidentes sendo sucedidos devido a crises políticas recorrentes (Napolitano, 2014). Em 1961, João Goulart (1919-1976), após suceder Jânio Quadros, é eleito presidente da República, com um sofisticado programa popular que propunha uma série de reformas de base, abrangendo mudanças agrárias, urbanas, educacionais e tributárias. Tais reformas, somadas à intensificação das lutas populares no período, provocaram o descontentamento dos setores conservadores, representados principalmente pela direita parlamentar, empresários, igreja católica, setores da classe

média e Forças Armadas (Bandeira, 2010).

Além disso, dentro do contexto da Guerra Fria (1947-1991), em que os Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) disputavam a influência sobre determinados territórios, os EUA estabeleceram uma política de intervenção política e militar nos países da América Latina, especialmente contra governos que contrariavam seus interesses geopolíticos (Fico, 2008). Nesse aspecto, com o objetivo de inibir a influência da esquerda no continente, a propaganda anticomunista foi amplamente utilizada como ferramenta política e ideológica, recebendo financiamento de setores empresariais (Motta, 2020).

No Brasil, a propaganda anticomunista teve ampla difusão midiática, atingindo principalmente as classes médias e o público católico, com o objetivo de promover medo, pânico moral e estimular a opinião pública a favor de uma intervenção militar. A chamada “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ocorrida em 19 de março de 1964, contou com a participação de amplos setores conservadores e é um típico exemplo de como a mentalidade anticomunista desses setores foi um importante fator legitimador do golpe militar e da posterior repressão aos adversários políticos da ditadura (Dreifuss, 1981).

Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas brasileiras, com o apoio dos EUA, dos setores conservadores e de considerável parcela da burguesia brasileira, promoveram um golpe militar e depuseram o presidente João Goulart, instaurando uma longa ditadura civil-militar que perdurou até 1985.

Ao contrário do que defende o discurso revisionista e parte da imprensa liberal¹², o marechal Castelo Branco, nomeado presidente da República em 15 de abril de 1964, inaugurou uma série de medidas autoritárias que deram a tônica da política do regime. Como esclarece Marcos Napolitano (2010, p. 80):

Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções feitas a militares ao longo do regime.

Do ponto de vista da política externa, durante o governo Castelo Branco, houve a

ruptura com a chamada Política Externa Independente (PEI), com um alinhamento praticamente automático aos interesses estadunidenses (Cervo; Bueno, 2012; Magalhaes, 1982). No entanto, a repressão política se agravou no decorrer da ditadura, especialmente após a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que conferiu amplos poderes ao governo militar, resultando em censura, perseguição política, prisões arbitrárias, exílios, tortura e assassinatos. Durante a vigência do AI-5, órgãos de repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), monitoraram e perseguiram opositores políticos, instaurando um clima de terror no país (Prado; Pellegrino, 2016).

Durante esse período, a resistência à ditadura emergiu de diversas formas. Movimentos estudantis, sindicais e de trabalhadores mobilizaram-se contra as políticas repressivas, enquanto grupos guerrilheiros rurais e urbanos enfrentaram as forças militares. A sociedade civil, incluindo a Igreja Católica (que havia apoiado o golpe militar de 1964), também desempenhou um papel importante na denúncia das violações dos direitos humanos e no apoio aos perseguidos políticos (Napolitano, 2010).

Em relação à política econômica, durante o governo do marechal Castelo Branco, a ditadura seguiu uma cartilha liberal e de profundo alinhamento aos interesses dos EUA:

O governo Castelo estava muito distante de um nacionalismo econômico ou ideológico, ainda que meramente retórico. Sua política era de alinhamento automático, pois a recuperação do capitalismo brasileiro, na visão dos tecnocratas da economia, passava pelo dinheiro e pelo apoio de Washington. Roberto Campos e Otavio Bulhões, velhos paladinos do liberalismo econômico e da abertura sem freios da economia brasileira ao “capital internacional”, eram a cara da política externa e econômica do governo (Napolitano, 2010, p. 81).

No entanto, essa situação mudou com os governos posteriores, especialmente durante o governo do general Ernesto Geisel (1907-1996), que presidiu o Brasil entre os anos de 1974 e 1979. Durante o seu mandato, a política econômica brasileira assumiu um caráter desenvolvimentista, o que se refletiu na criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1974. Assim explica Napolitano (2010, p. 190-191):

O Plano enfatizaria a indústria de bens de capital e a infraestrutura energética, tentando, no médio prazo, diminuir a dependência brasileira dos insumos importados. Essa mudança de foco exigiu o deslocamento do sistema decisório para outros órgãos, mais propriamente burocráticos e centralistas. Neste contexto, surgiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) instituído em 1974, que também transformou o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) em Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). Os dois seriam, a partir de então, órgãos de assessoramento imediato do presidente da República. A função essencial do CDE era coordenar os ministérios e auxiliar “o presidente da

República, segundo a orientação macroeconômica definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento”. O Conselho era presidido diretamente por Geisel. O esforço desenvolvimentista do II Plano pode até ser considerado “bem sucedido”, se descontamos seu custo social. Ao menos até 1976, quando o ímpeto da política econômica desacelerou. A economia cresceu até o final da década de 1970, mas o foco dos investimentos, a inflação e o retrocesso no consumo das classes médias fizeram com que o descontentamento social crescesse. Os assalariados começaram a sentir ainda mais os efeitos do arrocho salarial implantado em 1964, agravado pela inflação crescente. Vale lembrar que no final da década de 1970 a inflação chegou a 94,7% ao ano; em 1980, já era de aproximadamente 110%, e em 1983 alcançou o patamar de 200%.

Verifica-se, portanto, que o projeto desenvolvimentista da ditadura teve vida curta e não contemplou a maior parte da população, sobretudo no que diz respeito a uma melhoria de vida das classes populares. Ao término da ditadura, em 1985, o Brasil atravessava uma grave crise econômica, e os militares, que derrubaram o presidente João Goulart alegando a necessidade de promover o desenvolvimento econômico do país, encerraram o regime com uma pesada dívida externa e uma crise inflacionária que demorou quase uma década para ser superada (Napolitano, 2010).

2.2 O GOLPE MILITAR DE 1976 E A DITADURA CIVIL MILITAR NA ARGENTINA

O golpe militar na Argentina, em 1976, foi desencadeado por uma combinação de fatores políticos, econômicos, sociais e geopolíticos. O país enfrentava crescente polarização entre grupos de esquerda e direita, intensificada pela incapacidade do governo de Isabel Perón em lidar com a violência política e os problemas econômicos, como inflação e dívida externa (Novaro; Palermo, 2007). O contexto da Guerra Fria contribuiu para intensificar as tensões no país e, em 24 de março de 1976, com o apoio dos EUA, dos setores conservadores e de considerável parcela da burguesia argentina, as Forças Armadas depuseram Isabel Perón e instauraram uma junta militar liderada pelos generais Jorge Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti.

A ditadura civil-militar argentina, que vigorou de 1976 a 1983, teve repercussões profundas em diversos aspectos do país. Durante esse período, uma brutal repressão foi implementada contra a oposição política, resultando em prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias e até sequestros de crianças recém-nascidas¹³. A censura foi amplamente aplicada, atingindo não apenas a imprensa, mas também o cenário cultural e intelectual. Diversos artistas e intelectuais foram perseguidos e obras literárias, cinematográficas e artísticas foram proibidas ou modificadas para se adequarem à narrativa oficial do regime (Novaro; Palermo, 2007).

Durante esse período, diversas organizações guerrilheiras de resistência combateram a ditadura, como o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e a Montoneros. O ERP, de orientação marxista, defendia a luta armada como meio de combater a ditadura, mas foi enfraquecido pela repressão do governo militar. A Montoneros, inicialmente associada ao peronismo de esquerda, também se opôs à ditadura, envolvendo-se em ações armadas e enfrentando a brutal repressão do regime. Embora esses grupos não tenham conseguido derrotar a ditadura, eles desempenharam um papel importante na resistência ao regime autoritário (Novaro; Palermo, 2007).

Na Economia, o ministro José Alfredo Martínez de Hoz (1925-2013) desempenhou um papel-chave na formulação das políticas econômicas liberais da ditadura. Alegando a necessidade de combater a inflação, reduzir a dívida externa e superar a crise fiscal, ele estabeleceu um programa econômico conhecido como *La tablita*, que promoveu o congelamento de salários e a desvalorização da moeda para estimular as exportações. Além disso, inspirado em outros ditadores da região, como Augusto Pinochet, no Chile, a ditadura argentina promoveu uma abertura econômica, eliminando barreiras comerciais e incentivando investimentos estrangeiros (Novaro; Palermo, 2007).

Outro economista liberal que desempenhou um papel central na construção da política econômica liberal da ditadura argentina foi Ricardo Arriazu. De acordo com Novaro e Palermo (2007, p. 346-347):

Quanto a Ricardo Arriazu, que desempenhava a função de chefe da assessoria de Adolfo Diz no Banco Central, sua contribuição foi introduzir a reflexão teórica e as prescrições de política econômica que a Escola de Chicago exportava para o mundo nessa época. Estas levaram a abertura da economia mais longe ainda, incluindo a conta de capitais (algo que não é exagerado qualificar como ideologia do capital financeiro). A conjugação entre a ênfase na abertura comercial e o “monetarismo de economia aberta” estimulou o ministro a concentrar seu esforço em duas áreas variáveis a seu alcance: a paridade cambial e as tarifas alfandegárias, abandonando, de acordo com as restrições impostas, as políticas de estabilização baseadas no controle da demanda (recordemos que os militares haviam vetado esse caminho no princípio de 1978).

A política econômica da ditadura também viu a implementação de reformas estruturais que favoreceram grandes empresas e setores específicos, associados aos interesses das elites empresariais. A privatização de empresas estatais, a liberalização financeira e a eliminação de controles sobre preços foram algumas das medidas adotadas. Apesar da ênfase na estabilidade econômica, as políticas econômicas da ditadura militar argentina resultaram no aumento da desigualdade social, com uma parcela significativa da população enfrentando dificuldades econômicas (Novaro; Palermo, 2007).

Além da repressão política e das impopulares políticas de austeridade fiscal implementadas pela ditadura, outro fator que contribuiu para a desmoralização dos militares diante da opinião pública foi a Guerra das Malvinas, que ocorreu entre abril e junho de 1982, em uma situação bastante peculiar onde “generais argentinos ocidentais enfrentaram o Ocidente” (Abelardo Ramos, 2014, p. 554).

A ditadura militar, buscando conquistar apoio interno com uma retórica nacionalista, decidiu promover uma ação militar nas Ilhas Malvinas, que estavam sob o domínio da Inglaterra desde 1833, mas que a Argentina reivindicava como parte integrante do seu território. No entanto, a campanha militar argentina rapidamente se transformou em um desastre para o país. As Forças Armadas argentinas, mal preparadas e equipadas, enfrentaram uma rápida contraofensiva militar britânica, resultando na derrota argentina e na retomada das ilhas pelos britânicos. As Forças Armadas argentinas tiveram mais de 649 baixas e a derrota militar foi encarada como uma humilhação por parte da população argentina, o que resultou em um profundo descontentamento com os militares e na queda da ditadura em 1983 (Novaro; Palermo, 2007).

3. TRANSIÇÃO “DEMOCRÁTICA” BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1980

Os processos de decadência das ditaduras militares de ambos os países, bem como seus processos de transição subsequentes, foram marcados por diversas disputas pelas narrativas e pela reorganização do sistema político na reconstrução das novas democracias. No Brasil, por exemplo, fala-se de uma “transição controlada” (Napolitano, 2018 *apud* Alves, 2022) ou “transição transada”, como bem descrita pelo sociólogo Florestan Fernandes (1982) para fazer referência ao processo “lento, gradual e seguro” ou ao “processo de institucionalização da contrarrevolução” que se deu na década de 1980 com a passagem da ditadura militar para a “Nova República”.

Como bem documentado pela literatura historiográfica sobre esse período (Fernandes, 1982; Novaro; Palermo, 2007), tratou-se de um movimento de abertura tutelado pelas Forças Armadas e pactuado com setores ligados ao regime. A derrota das “Diretas Já”, em 1983, uma das maiores mobilizações civis do período pela reivindicação das eleições diretas, “não foi capaz de alterar o projeto de transição controlada pelos militares” (Fico, 2015 *apud* Alves, 2022, p. 95). Ao invés disso, o primeiro presidente civil foi eleito pelo voto indireto em torno de figuras “não revanchistas” e ligadas à ditadura, como Tancredo Neves e seu vice José Sarney, que foi

quem de fato assumiu o governo e era vinculado à ditadura civil-militar.

Além disso, houve a Lei da Anistia, promulgada em 1979, ainda durante o regime, que indultou todos os que cometeram “crimes políticos ou praticados por motivação política” (Lei nº 6683, 1979)¹⁴ de 1961 a 1979. A lei permitiu que diversos exilados do regime voltassem ao país e que opositores saíssem da clandestinidade; no entanto, beneficiou militares e civis envolvidos em casos de tortura, repressão, censura, desaparecimento forçada, perseguição de opositores e outros crimes cometidos sistematicamente pela ditadura, impedindo que eles fossem submetidos a um julgamento e condenados por esses crimes “políticos” e contra a humanidade. Esta lei foi alvo de uma série de disputas nacionais e internacionais para que os militares e aliados do regime fossem condenados por seus crimes, o que, no Brasil, nunca aconteceu.

Em 1995, depois de uma década do fim do regime, foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP)¹⁵ na qual, pela primeira vez, o Estado reconheceu seus crimes de violações de direitos humanos, de 1961 a 1979, sobretudo, aqueles perpetrados pela ditadura militar. A CEMDP teve como objetivo recuperar os restos mortais das vítimas e indenizar suas famílias – e não julgar e condenar aqueles que cometeram os crimes. A Comissão foi paulatinamente esvaziada até ser extinta durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff (2011-2014; 2014-2016) promulgou a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar os crimes cometidos pelo Estado entre 1946 a 1988, com foco nos 21 anos de ditadura militar (1964-1985) sem, contudo, ter a competência de julgar e condenar esses crimes. Diferente de outros países do Cone Sul, a CNV foi instaurada após quase 30 anos do final da ditadura. Sobre o processo de transição democrática brasileira, a ex-presidenta disse: “não digo só que é parcial, é mitigada: tem restrições, limites nos quais ela pode se dar. Daí que a própria Lei da Anistia, por ser recíproca, coloca uma igualdade quase inaceitável entre o poder do Estado e dos indivíduos”¹⁶.

A CNV tocou em um “vespeiro” em que há muito tempo se evitava mexer ao trazer à luz para a sociedade brasileira sobre as sistemáticas violações de direitos humanos cometidas pelo regime empresarial-militar, que havia logrado pactuar a sua retirada de forma “pacífica”, no entanto, abriu diversos conflitos em torno da realização de justiça e de disputas de narrativas. A Comissão, obviamente, desagradou os militares, para os quais o órgão seria uma tentativa de inversão da realidade “por meio

da qual as verdadeiras vítimas – militares – tombados em luta contra o comunismo foram convertidos em cruéis e sádicos algozes pelo revisionismo da CNV, conduzido por militantes da revolução comunista” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 91).

Foi nesse contexto, por exemplo, que o então deputado, ex-capitão reformado do Exército Brasileiro, Jair Bolsonaro, começou a ganhar destaque público ao agir e se pronunciar publicamente contra o andamento das investigações da CNV – e este seria o começo de uma exposição mais ampla de Bolsonaro na imprensa brasileira (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 92). Fica claro, portanto, no caso do Brasil, que a ditadura militar ainda é uma “veia aberta” no presente e que, até hoje, enseja conflitos em termos de memória e justiça.

Na Argentina, por outro lado, a transição foi mais “abrupta” se comparada ao caso “lento e gradual” brasileiro. A perda de legitimidade dos militares argentinos vinha pavimentando o caminho do fim há um tempo, a começar pela intensa crise econômica, marcada pela intensificação de um projeto neoliberal que corroía a base de sustentação do regime (Novaro; Palermo, 2007). Além disso, a brutalidade dos crimes cometidos pelos militares durante esse período, que foi considerado um dos regimes mais “sanguinários”¹⁷ da América do Sul, tornou-se cada vez mais difícil negá-los ou escondê-los. E, como uma última tentativa de reverter o desgaste, o governo militar embarcou em uma empreitada de mobilizar o nacionalismo argentino através da pauta histórica de reapropriação das Ilhas das Malvinas, que resultou em uma derrota que desmoralizou ainda mais o regime e o levou para a sua saída pela porta dos fundos.

Diferentemente do Brasil, o primeiro presidente civil, Raúl Alfonsín (1983-1989), foi eleito pelo voto direto e tem como primeira medida a anulação da Lei de Pacificação Nacional de 1983 (Franco, 2015 *apud* Alves, 2022), equivalente argentina à Lei de Anistia brasileira, que visava indultar os militares pelos crimes cometidos. Também é criada a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) em 1983 que viria a se tornar Informe Nunca Más¹⁸ (1984) para investigar os crimes e, em 1985, a sociedade argentina assistiria pela televisão o Julgamento das Juntas Militares, que trouxe à tona o terrorismo de Estado que caracterizou o período e condenou os principais militares integrantes da cúpula do regime, inclusive, o general Jorge Rafael Videla, principal articulador do golpe de 1976, que foi condenado à prisão perpétua (*Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad*, 2017). Um ano depois da abertura das investigações e das condenações, Alfonsín, em 1986, aprova a Lei do Ponto Final e a Lei da Obediência

Devida, cedendo às pressões dos militares colocando fim aos processos em andamento – o que demonstra a existência de uma disputa que ainda se desenrolava entre sociedade civil e militares. O'Donnell e Schmitter (1991) pontuam que a transição argentina também teve elementos pactuados, na qual certas estruturas dos governos autoritários foram herdadas durante o período da redemocratização.

No entanto, o presidente Néstor Kirchner (2003-2007), ao ser eleito em 2003, anulou a Lei e retomou as investigações. Foi também Néstor que sancionou as leis que instituíram o Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça e o Dia Nacional pelo Direito à Identidade em 24 de março – dia do golpe de 1976. Além disso, Néstor retirou os quadros dos ditadores do regime militar do Colégio Militar e transformou um dos principais centros de tortura da ditadura em um Espaço de Memória para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. O presidente também deu diversas declarações condenando o terrorismo de Estado e abriu as portas da Casa Rosada às *Madres de la plaza de mayo*¹⁹.

Como é possível observar, tanto em passos concretos em termos de justiça como de construção de um consenso em relação ao passado recente, a Argentina teve uma transição democrática menos “transada” que a brasileira e conseguiu transformar o *Nunca Más* em um grito da maioria – que não ecoou da mesma forma em seu vizinho.

4. O (RE)SURGIMENTO DA EXTREMA DIREITA E REVISIONISMO HISTÓRICO

Enquanto se fala em um “renascimento” do autoritarismo nas direitas do Norte global, o que se observa no Sul é, na verdade, uma persistência e fortalecimento dessas características que nunca desapareceram e mostraram-se duradouras no sistema político após a redemocratização (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023, p. 6; Miguel, 2018).

Sanahuja, Burian e Vitelli (2023) concentram suas análises nesses aspectos históricos que agregaram elementos diferentes e específicos à ascensão da extrema direita na América Latina, pois, dado o passado histórico recente de governos civis-militares, não se pode desconsiderar esse fator em análises de mudanças políticas na região (Sanahuja et al. 2023, p. 113).

No caso do Brasil, é mais evidente – e longeva – a identificação das direitas com os valores e narrativas endossados pelas Forças Armadas, tais como “Deus, pátria, famí-

lia e propriedade” e, é claro, o anticomunismo.

Quando se fala em uma “nova direita” ou “novas direitas” no país (Nobre, 2022; Miguel, 2018; Gallego, 2018; Carapanã, 2018), fala-se em uma “reemergência” que adquiriu visibilidade, relevância e radicalidade crescente no período recente, sobretudo durante o ciclo de governos petistas (Miguel, 2018), em um movimento de esvaziamento do

centro que pendeu cada vez mais para a extremidade direita do espectro político. A literatura sobre o tema (Lynch, 2022; Nobre, 2022) situa essa reemergência ou reinvenção (Gallego, 2018) das direitas no período de “crise da Nova República” (Santos; Feldmann, 2021) a partir de 2013 – com as Jornadas de Junho de 2013; a Operação Lava Jato a partir de 2014; o golpe parlamentar na então presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016; a prisão ilegal de Lula, em 2018 e a crise econômica desde 2015 – diante da crise política e econômica e com a perda de legitimidade da institucionalidade da democracia brasileira as quais, por fim, desembocaram na eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018.

Neste período de instabilidade institucional e crise da Nova República, não faltaram registros de manifestantes pedindo intervenção militar, exigindo a volta à ditadura militar, como o remédio necessário para solucionar a crise que se manifestava – novamente, as Forças Armadas como as “fiadoras da ordem” na instável e tutelada democracia brasileira. Observou-se, também, a mobilização de uma série de outras bandeiras e valores, por parte dos manifestantes dessa “nova direita”, como o fundamentalismo religioso, o anticomunismo reciclado, a defesa da família “tradicional” e do mercado, que ainda viam no Exército os verdadeiros portadores e defensores desses valores. Em suma, uma plataforma que se consubstanciou em valores radicais de livre mercado na economia e, ao mesmo tempo, pautas conservadoras no âmbito social.

Não só no campo “social” isso ocorreu mas, também, na institucionalidade; cabe lembrar da “intervenção federal” de 2018, que ocorreu durante o governo de Michel Temer (2016-2018) e aprovado pelo Congresso Nacional, que colocou a segurança pública do estado do Rio de Janeiro a cargo do Exército para “conter o grave comprometimento da ordem pública” como resposta à explosão de violência urbana naquele ano (Teles, 2018). Segundo o filósofo Edson Teles (2018, p. 68),

A militarização vem num crescente desde a promulgação da Constituição em 1988. Na nova Carta Magna pouco se alterou a abordagem dos temas relativos à cada no-

vo governo pós-ditadura, mais instrumentos de militarização foram sendo acionados a partir de dispositivos legais precariamente regulamentados.

Ou seja, para Teles (2018), não se trata apenas de um projeto que permaneceu, “mas de uma estrutura autoritária, institucional e também pulverizada nas formas de relações sociais que têm se sofisticado nas últimas décadas” (Teles, 2018, p. 69). Teles também propõe uma pergunta importante, para além do que resta da ditadura, “sobre quais paradigmas, técnicas ou tecnologias de governo, com quais arquiteturas e engenharias políticas a democracia (ou o que restou dela) produziu e intensificou as estratégias de dominação?” (Teles, 2018, p. 70).

O autor reitera a sinergia entre as operações de guerra às drogas, repressão de manifestantes, higienização social, violência nas periferias urbanas com uma lógica de produção de quais territórios são “apropriados para intervenção”, para depois fazer uso dessa condição para instaurar “estados de exceção” ou “pacificação” é a confirmação dessa militarização da sociedade brasileira (Teles, 2018, p.70).

Para Teles, o pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas; segundo o autor, a democracia manteve a concepção da segurança pública na lógica da guerra contra o inimigo – que variam entre movimentos sociais, indígenas, LGBTQI+²⁰, etc. (Teles, 2018). Nessa lógica do inimigo interno, cria-se a ideia do “cidadão de bem” contra os “vândalos, vagabundos, etc.” como forma de legitimar a partir de um único referencial o que é permitido e o que não é, ou o que está dentro da ordem e o que não está, de modo que se criem alvos e se autorize a aniquilação ou anulação daquilo que é considerado anormal. Nas palavras de Teles (2018, p. 71):

O militarismo parece propício para descrever as formas autoritárias, pois tem a potência de conjugar o discurso da guerra e as estratégias de combate ao inimigo. Ademais, remete ao histórico violento de controle, na medida em que se refere às instituições militares, as quais estiveram à frente da ditadura e de outros momentos de agressão do Estado contra coletivos em luta ou resistência.

Como bem trazido pelo autor, o militarismo e a militarização, para além da segurança pública, estão pulverizados nas relações sociais e fazem parte da sociabilidade e da subjetividade de grande parte dos cidadãos, tanto os de “bem” quanto aqueles que devem ser “combatidos” – a associação com a ditadura militar sempre esteve presente, tanto no discurso quanto na prática.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, para além do apoio de certas frações de classes dominantes internas e externas, houve diversos episódios de ataques às insti-

tuições do país, a jornalistas, ameaças de golpe e pedidos de intervenção militar por parte dos apoiadores, enquanto Bolsonaro se apoiava na narrativa de que era impedido de governar por “instituições corrompidas”. E, novamente, o pedido de salvação às Forças Armadas – as quais aparecem como a instituição capaz de restaurar a ordem e salvar o Brasil.

Dessa forma, é possível perceber que as direitas brasileiras mobilizam o passado do regime militar como aposta de futuro, o antídoto contra a corrosão do Estado que já deu certo uma vez e dará de novo; não se trata, portanto, exatamente de uma disputa pelas políticas da memória, e sim pelas possibilidades de futuro.

De acordo com João Cezar de Castro Rocha (2021), o revisionismo histórico sobre a ditadura civil-militar brasileira foi construído dentro das próprias Forças Armadas, num projeto sigiloso denominado Orvil, desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE), entre 1985 e 1988. O Projeto Orvil foi construído com o propósito de criar uma narrativa para defender os militares envolvidos na repressão durante a ditadura militar. Concebido pelo tenente-coronel Romeu Antonio Ferreira, o projeto buscava contrapor o que ele considerava uma "reescrita da história" pelos comunistas, propondo a elaboração de livros e outras divulgações para apresentar a perspectiva do Exército sobre a luta armada.

Orvil apresentava uma série de teorias conspiratórias e revisionistas sobre a ditadura civil-militar brasileira e a atuação das esquerdas. Os responsáveis pelo projeto defendiam que a esquerda brasileira, derrotada pela ditadura militar, havia adotado uma nova estratégia, inspirada em uma suposta leitura de Gramsci, denominada marxismo cultural. De acordo com Rocha (2020, p. 333),

Em lugar de tudo arriscar num golpe de força para a tomada do poder através da luta armada, a esquerda mudou de estratégia, passando a valorizar um lento trabalho de infiltração para seduzir corações e mentes, assim como se dedicou ao aparelhamento do espaço público, com ênfase nas áreas de educação e entretenimento.

O Orvil foi rejeitado pelo governo de José Sarney, em 1985. No entanto, o projeto continuou a percorrer em círculos militares e acabou influenciando o pensamento de Jair Bolsonaro e seus apoiadores, principalmente pela influência de Olavo de Carvalho, um ex-comunista e importante expoente do pensamento da extrema-direita brasileira.

Olavo de Carvalho tornou-se bastante influente nas redes sociais atuando como um dos principais críticos da esquerda e dos governos petistas. Ele reproduzia os principais argumentos conspiratórios e revisionistas presentes no Orvil sobre a esquer-

da, como o fictício marxismo-cultural, a negação das violências praticadas pela ditadura civil-militar brasileira e a demonização da luta armada, além de ser um crítico ferrenho das universidades e da intelectualidade brasileira. Suas teorias conspiratórias foram amplamente difundidas nas mídias digitais, em livros e documentários, e contribuíram para cristalizar e legitimar uma narrativa revisionista sobre a ditadura militar dentro da extrema-direita (Rocha, 2020). Somado a isso, o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-militar e principal liderança política da extrema-direita brasileira contemporânea, sempre foi um defensor aberto da ditadura civil-militar brasileira, valendo-se de diversas narrativas revisionistas para legitimar seus discursos.

Bolsonaro foi deputado federal entre 1991 e 2018 e se tornou reconhecido por dar opiniões polêmicas em defesa da ditadura. Em seu gabinete parlamentar, localizado dentro do Congresso Nacional, Bolsonaro expunha um cartaz com a frase: "Desaparecidos do Araguaia, quem procura osso é cachorro"²¹. Em outra ocasião, durante uma participação no programa Pânico, na rádio Jovem Pan, o então deputado Jair Bolsonaro disse a frase: "O erro da ditadura foi torturar e não matar". De acordo com o site Congresso em Foco (2019), ao longo da sua trajetória como deputado federal, Bolsonaro defendeu ou minimizou os crimes da ditadura civil-militar brasileira por pelo menos onze vezes²².

No entanto, a fala mais polêmica de Bolsonaro em defesa da ditadura foi pronunciada no dia 17 de abril de 2016, durante a votação do processo de *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Na ocasião, as palavras de Bolsonaro foram essas:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!²³

A fala de Bolsonaro durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é bastante representativa do pensamento revisionista da extrema-direita sobre as violências praticadas pela ditadura. O coronel Carlos Brilhante Ustra, homenageado por Bolsonaro na ocasião, foi um reconhecido torturador da ditadura militar, responsável pela administração do DOI-CODI, antigo centro de tortura e repressão da ditadura. Ustra foi responsável por diversos crimes e violações dos Direitos Humanos e foi o primeiro torturador da ditadura condenado no Brasil²⁴.

Durante a presidência de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, o ex-capitão, por meio de um decreto presidencial, encerrou um grupo de estudos que investigava o desaparecimento de presos políticos durante a ditadura. Além disso, por diversas vezes ele também elevou o revisionismo histórico da ditadura ao patamar de Política de Estado. Um dos casos mais significativos foi o fato de Bolsonaro ter sido o primeiro presidente da República após a abertura democrática a estabelecer uma comemoração oficial ao golpe militar de 1964²⁵.

A Argentina, por outro lado, como exposto na seção do artigo sobre o processo de transição democrática, avançou mais que o Brasil em termos de justiça e politização da memória em relação ao passado ditatorial. O *Nunca Más* continuou ecoando ao longo das quatro décadas de democracia no país, onde todo dia 24 de março tem a marcha que reúne milhares de pessoas para celebrar o Dia da Memória, Verdade e Justiça na praça de Maio, lugar histórico de resistência à ditadura na cidade de Buenos Aires.

O sociólogo argentino Ariel Goldstein²⁶ chegou a afirmar, em 2019, que não existe espaço para um Bolsonaro na Argentina:

Acho que não existe espaço para um Bolsonaro na Argentina porque o consenso da fundação da democracia argentina rejeita os militares. As organizações de direitos humanos têm muita força. Embora haja uma direita evangélica crescente na Argentina e economistas liberais ganhem fôlego, não é possível um ex-militar – nem mesmo um candidato com um partido tão pequeno como o de Bolsonaro – chegar à Presidência (Ariel Goldstein em entrevista à revista Carta Capital em 2019)

De acordo com Goldstein (2019), o consenso sobre a ditadura militar no qual se erige a democracia argentina não abriria espaço para um candidato como Bolsonaro, mas também disse que os discursos do então presidente sobre a militarização da segurança pública podem ter reverberações a favor em alguns setores argentinos. Também afirma que a eleição de Bolsonaro teve impacto nas eleições argentinas do ano seguinte; mas, a respeito da repulsa dos argentinos em relação aos militares, Goldstein é enfático – a sociedade argentina rejeita a ditadura. No entanto, as tentativas de rever o papel dos militares na política do país platino começaram com o governo de Mauricio Macri (2015-2019), sobretudo nas eleições presidenciais de 2019, em que o vice da chapa presidencial do *Cambiamos*, Miguel Angel Pichetto, defendeu a renovação das Forças Armadas porque a “ditadura já acabou”. Segundo Goldstein (2019), esse discurso do Pichetto em relação às Forças Armadas é novo na política argentina. Nenhum político dos partidos tradicionais têm adotado um discurso em defesa das Forças Armadas.

Goldstein afirma então que pautar a questão das Forças Armadas na política nacional argentina é algo recente e vê influência do Brasil nesse processo. No entanto, em 2023, o deputado paleolibertário de extrema direita é eleito à presidência da Argentina e as comparações entre Javier Milei e Jair Bolsonaro são inúmeras. Nas próprias palavras de Bolsonaro em agosto de 2023:

Olá, prezado Javier Milei. (Aqui é) Jair Bolsonaro. Temos muita coisa em comum. A começar que nós queremos o bem dos nossos países. Nós defendemos a família, a propriedade privada, o livre mercado, a liberdade de expressão, o legítimo direito à defesa e queremos sim ser grandes à altura do nosso território e da nossa população" (BBC Brasil, 2023, on-line)²⁷.

Em 2023, Goldstein para a BBC Brasil, a respeito das diferenças de Bolsonaro e Milei:

No Brasil, apesar da transição democrática, os militares ainda têm bastante aprovação junto à população. No Brasil, não houve julgamento dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura. Na Argentina houve e há uma rejeição grande em relação a eles no país" (BBC Brasil, 2023, on-line)²⁷.

Novamente, a questão militar, o processo de transição democrática, a construção de um consenso sobre a memória e a justiça aparecem como grandes marcadores de diferença entre os dois países – e os dois presidentes. Contudo, apesar de Milei não se pronunciar abertamente a favor da ditadura ou dos militares na política, o que não seria condizente com seu personagem libertário, sua vice, Victoria Villarruel, por outro lado, é ligada aos militares argentinos e defende um revisionismo histórico em relação ao passado ditatorial.

Villarruel defende que a política de memória implementada foi imparcial e defende uma “memória completa” que, segundo ela, tratou-se de uma guerra em que os militares estavam de um lado - e os guerrilheiros de esquerda ou “terroristas” estavam em outro²⁸. A atual vice dedica-se ao revisionismo em relação à ditadura há algum tempo. Em 2006, ela criou o *Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas* (CELTYV) para buscar a reparação das vítimas dos grupos guerrilheiros como os *Montoneros* e o Exército de Revolucionário do Povo (ERP), e defende abertamente a reabertura de investigações sobre os crimes cometidos na ditadura militar, com o propósito de questionar o número de desaparecidos durante o regime militar, 30.000, e para investigar sobre as “vítimas do terrorismo” nas guerrilhas.

Javier Milei, em um debate presidencial na televisão, também negou que houve 30.000 desaparecidos na ditadura militar, declarou que “durante os anos 70 houve uma guerra e nessa guerra as forças do Estado cometeram excessos” e também chamou os grupos de guerrilheiros de terroristas²⁹.

Nesse mesmo dia, um centro educativo popular em Buenos Aires chamado Marielle Franco foi vandalizado com pichações com a frase “Volta Videla”³⁰.

De terrorismo de Estado para a perspectiva de uma “guerra” que justificou os métodos e resultados do regime, em que os dois lados cometeram “excessos”, as vítimas sendo colocadas como “terroristas”, o número de desaparecidos sendo questionados, enfim, o que se observa, no contexto argentino, é uma disputa pela politização da memória, um revisionismo histórico que procura reverter os consensos estabelecidos em torno desse passado desde o processo de democratização. Menos um pedido de “volta à ditadura”, como no Brasil, e mais um “não foi bem isso que aconteceu, veja bem”.

A ascensão da extrema direita na Argentina é um fenômeno mais recente do que no Brasil, ainda é cedo para mensurar como essa disputa de narrativa vai penetrar na sociedade argentina e na identificação com as direitas, mas o que se pode afirmar é que a memória já está em disputa. Por último, no plano ideológico, vale a pena ressaltar que a inspiração dos grupos de extrema direita na Argentina volta-se à obra de Murray Rothbard (1926-1995), economista estadunidense apoiador da escola austríaca e aberto defensor do revisionismo histórico. Os apoiadores de Milei, especialmente as camadas mais jovens que se autodenominam como libertários, enxergam na obra de Rothbard o entendimento de que o Estado está na origem dos males da economia moderna, em que a propriedade privada e o livre-mercado são entendidos como direitos ilimitados, ou seja, absolutos dos homens e mulheres. Nesta lógica, não existe espaço para os chamados “coletivismos”, tampouco o entendimento da existência de uma “sociedade”, mas apenas indivíduos que buscam maximizar seus interesses em um modelo econômico com a menor intervenção estatal em políticas sociais (Rothbard, 1973)³¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até agora, a história da América Latina esteve marcada pelo papel político ativo das Forças Armadas no sistema político desde os primórdios da consolidação dos Estados nacionais até os dias atuais.

Levando em consideração esse processo de *longue durée* das relações civis-militares na América Latina e o seu papel estrutural no sistema político dos Estados – sobretudo como os garantidores da ordem, portadores do verdadeiro

nacionalismo e patriotismo, defensores dos valores cristãos e da ameaça comunista, é possível compreender como esses aspectos se entrelaçam com o espectro político da direita ao longo da história e como essa relação imprime uma característica específica à extrema direita latino-americana.

Assim como as direitas do Norte global apelam para a ideia de etnia nacional, defesa dos valores “ocidentais” e a idealização de um “passado glorioso”, a versão latino-americana converge para a identidade nacional forjada pelas Forças Armadas, em que esse “passado glorioso”, aqui, tem como referência o regime militar, instaurado pelas ditaduras de segurança nacional na segunda metade do século XX.

A retórica revisionista utilizada pela extrema-direita para defender o legado das ditaduras brasileira e argentina reflete alguns propósitos: a criação de narrativas que encobrem os crimes praticados pela extrema-direita no passado e no presente; a legitimação do uso do autoritarismo sob o pretexto de manter a estabilidade política; a ideologia de inimigo interno com o propósito de mobilizar uma lógica de guerra permanente, baseada no medo, na ameaça e no ódio; discurso anticomunista como elemento demonizador das esquerdas; a resistência às mudanças sociais e às pautas progressistas; a construção de uma identidade nacionalista vinculada aos militares; e o apelo a um fictício passado glorioso, com o objetivo de angariar o apoio de grupos conservadores e nostálgicos da ditadura.

Foi possível observar, portanto, diversos pontos de convergência entre as direitas do Brasil e da Argentina em relação ao legado da ditadura, sobretudo em um período mais recente. Mas também, ao que parece, em perspectivas e movimentos diferentes. Enquanto a Argentina se direciona para a sua relação com o passado, colocando no centro do debate o revisionismo histórico a respeito dos consensos estabelecidos sobre a ditadura desde a redemocratização, a fim de disputar as narrativas e a politização da memória sobre a qual se erigiu a nova república; o Brasil, por outro lado, relaciona-se com esse legado em direção ao futuro – uma vez que não houve uma construção da memória nacional a respeito desse passado ditatorial como na Argentina – e com a constante presença dos militares na política e da militarização cotidiana da sociedade brasileira, a questão do revisionismo histórico não se faz tão presente quanto no país vizinho, mas sim como um projeto em direção ao futuro como forma de restaurar a ordem da “Nova República” em crise.

NOTAS

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). E-mail: samiyah.becker@usp.br.

²Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). E-mail: felipe_vilamaria@usp.br.

³Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais (Política) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e no Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. Professor na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente credenciado no PROLAM-USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais na UCB. E-mail: gustavo.menon@p.uceb.br.

⁴Tipo de representação do tempo histórico proposto pelo historiador francês Fernand Braudel, é a História de "longa duração", diz respeito às estruturas e às relações sociais que se desenvolvem por um longo período e, portanto, costumam a se modificar. Ver mais em: BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria Camargo. **Revista de História**, vol. 30, n. 62, abril-junho de 1965, p. 261-194.

⁵MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes do (Coord.). **Orvil**: tentativas de tomada do poder. Brasília: Schoba, 2012.

⁶USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006.

⁷Uma reivindicação histórica da Argentina é a recuperação das Ilhas Malvinas, ocupadas pela Inglaterra desde 1833. A Guerra ocorreu em abril de 1983 com a derrota da Argentina, que então era governada pelos militares.

⁸Nome dado à aliança entre os regimes militares do Cone Sul na década de 1970, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A Operação, que contou com o apoio financeiro e estratégico dos Estados Unidos, tinha como objetivo o compartilhamento de informações, serviços de inteligência e práticas de tortura entre os militares dos governos.

⁹Ver, FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

¹⁰Sobre os diversos usos do conceito de revisionismo dentro da historiografia, recomendamos a leitura do texto Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas, do historiador Demian Melo.

Disponível em:

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/1964-Revisionismo-historiogr%C3%Alfico-Demi-am-Mello.pdf>. Acesso: 11 de dez. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw1x1x4njxo>. Acesso: 28 nov. 2023

¹² Em editorial de 17 de fevereiro de 2009, o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria na qual classificou a ditadura civil-militar brasileira como “ditabranda”, minimizando os crimes praticados pela ditadura. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso: 14 dez. 2023.

¹³ Ver mais em: KOIKE, M. L. O sequestro de crianças pela ditadura militar Argentina e atuação das Avós da Praça de Maio pelo direito à verdade (jurídica e biológica) e à memória. **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2013.

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/16945>. Acesso: 12 dez. 2023.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979. Lei da Anistia. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso: 15 dez. 2023.

¹⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm. Acesso: 13 dez. 2023.

¹⁶ Ver mais em: MONCAU, Gabriela. **Comissão da Verdade 10 anos**: Importante lembrar o que é regime de exceção, diz Dilma Rousseff. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/18/comissao-da-verdade-10-anos-importante-lembrar-o-que-e-regime-de-excecao-diz-dilma-rousseff>. Acesso: 13 dez. 2023.

¹⁷ Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/opinion/1553971198_297214.html.

Acesso: 13 dez. 2023.

¹⁸ Disponível em:

<https://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunc-a-mas.htm>. Acesso: 14 dez. 2023.

¹⁹ Ver em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/30/maes-da-praca-de-maio-comemoram-45-anos-de-historia-com-ato-em-buenos-aires>. Acesso: 14 dez. 2023.

²⁰ Sigla: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e mais.

²¹ Ver em:

<https://www.otempo.com.br/politica/cartaz-contr-desaparecidos-do-araguaia-causa-pol-emica-na-camaradadosdeputados-1.516791>. Acesso: 13 dez. 2023.

²² Ver em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura/>. Acesso: 13 dez. 2023.

²³ Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso: 13 dez. 2023.

²⁴ Ver em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustratorturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso: 14 dez. 2023.

²⁵ Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/27/opinion/1553688411_058227.html. Acesso: 13 dez. 2023.

²⁶ Ver em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/nao-existe-espaco-para-um-bolsonaro-na-argentina-diz-escritor/>. Acesso: 14 dez. 2023.

²⁷ Ver em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c512yk8pl8go>. Acesso: 14 dez. 2023

²⁸ Ver em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/11/quem-e-a-vice-de-milei-que-defende-revisar-indenizacoes-da-ditadura-na-argentina.ghtml>. Acesso: 14 dez. 2023.

²⁹ Ver em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/milei-diz-em-debate-que-nao-houve-30-mil-desaparecidos-na-ditadura-argentina.shtml>. Acesso: 14 dez. 2023.

³⁰ Ver em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/milei-diz-em-debate-que-nao-houve-30-mil-desaparecidos-na-ditadura-argentina.shtml>. Acesso: 14 dez. 2023.

³¹ ROTHBARD. Murray. ***For a New Liberty: The Libertarian Manifesto***. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1973.

REFERÊNCIAS

- ABELARDO RAMOS, Jorge. **História da Nação Latino-Americana**. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.
- ALVES, Lara Bittencourt. Perspectiva comparada dos processos de transição para a democracia e disputas pela memória no Brasil e na Argentina. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 7, nº 12, janeiro-junho de 2022.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. **História comparada**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CARVALHO, Laura. **A Valsa brasileira, do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FICO, Carlos. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- KOIKE, M. L. O sequestro de crianças pela ditadura militar Argentina e atuação das Avós da Praça de Maio pelo direito à verdade (jurídica e biológica) e à memória. **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2013. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/16945>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes do (Coord.). **Orvil: tentativas de tomada do poder**. Brasília: Schoba, 2012.
- MAGALHÃES, Juracy. **Minhas Memórias Provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasilei-

ra, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTTA, Rodrigo Pato. Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho** - o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São. Paulo: Contexto, 2014.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia, de junho ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde un gobierno autoritario. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas**. T. 4. Paidós, Buenos Aires, 1991.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e do esquecimento na História. **Rev. Literatura e Autoritarismo**, v.1, n. 4, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. Introduction: A new radical right in the global South? In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA (Org.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Londres: Routledge, 2023.

PRADO, Maria Ligia & PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016.

Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad. **Informe Estadístico sobre el Estado de las Causas por Delitos de Lesa Humanidad en Argentina**. Argentina: Ministerio Publico Fiscal, 2017.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROTHBARD. Murray. **For a New Liberty: The Libertarian Manifesto**. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1973.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López; VITELLI, Marina. The rise of the new far right in Latin America: crisis of globalization, authoritarian path-dependence and civilian-military-relations. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA (Org.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Londres: Routledge, 2023.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FELDMANN, Daniel. **O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opositos**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o**

desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985- 1995). Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Universidade do Porto, Porto, setembro de 2009.

STEFANONI, Pablo. **A rebeldia tornou-se de direita?** Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006.